

vistos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

É obrigatória a constituição de mandatário judicial.

21 de Dezembro de 2010. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Maria de Fátima dos Reis Silva*. — O Oficial de Justiça, *Paula Sá e Silva*.

304102409

Anúncio n.º 1136/2011

Processo: 449/10.0TYLSB — Insolvência pessoa colectiva (Requerida)

Requerente: José Carlos Castro Conceição

Insolvente: Sanitrade — Prod. Químicos, Unipessoal, L.ª

Encerramento de Processo nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Sanitrade — Prod. Químicos, Unipessoal, L.ª, NIF — 501238794, Endereço: Estrada Adarse, Edf. Sanitrade, 2615-909 Alverca

Dr.ª Cândida Correia, Endereço: Estrada da Luz, 62 — 1.º dtº, Lisboa, 1600-159 Lisboa

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra-identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: Insuficiência da massa insolvente

Efeitos do encerramento:

O incidente de qualificação da insolvência passa a prosseguir os seus termos como incidente limitado;

Cessam todos os efeitos decorrentes da declaração de insolvência, designadamente recuperando a devedora o direito de disposição dos seus bens e a livre gestão do negócio, sem prejuízo dos efeitos da qualificação de insolvência e do disposto no artigo 234.º do CIRE;

Cessam as atribuições do Sr. Administrador de Insolvência, excepto as relativas à apresentação de contas e aos trâmites do incidente de qualificação da insolvência;

Todos os credores da insolvência podem exercer os seus direitos contra a devedora, no caso, sem qualquer restrição;

Os credores da massa insolvente podem reclamar da devedora os seus direitos não satisfeitos;

A liquidação da devedora prosseguirá, nos termos gerais.

N/Referência: 1778174

10 de Janeiro de 2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Maria de Fátima dos Reis Silva*. — O Oficial de Justiça, *Paula Sá e Silva*.

304199449

Anúncio n.º 1137/2011

Insolvência de pessoa colectiva (requerida)

Processo n.º 284/07.3TYLSB

Credor: Repsol Portuguesa, S. A.

Insolvente: LOGICARGO — Logística e Transporte, L.ª

A Dr.ª Maria de Fátima Reis Silva, Juiz de Direito do 3.º Juízo do Tribunal de Comércio de Lisboa, faz saber:

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de insolvência acima identificados.

No Tribunal do Comércio de Lisboa, 3.º Juízo, no dia 29-11-2010, pelas 10.00 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor: LOGICARGO — Logística e Transporte, L.ª, NIF 503758442 e com sede em Rua Padre Inácio Antunes, n.º 5, 1.º Dtº, Queluz.

É administrador do devedor: Paulo Jorge Alves Barroso, com endereço em Rua Padre Inácio Antunes, n.º 5, 1.º Dtº, Queluz, a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio: Dr.ª Anabela Neves Pereira

Marques, com endereço em Rua Olival de Frades, Lote 47, 2680-322 Apelação.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º do CIRE).

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham, elaborado nos termos do artigo 128.º do CIRE.

É designado o dia 07 de Fevereiro de 2011, pelas 15:30 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

É obrigatória a constituição de mandatário judicial.

11 de Janeiro de 2011. — A Juíza de Direito, *Maria de Fátima dos Reis Silva*. — O Oficial de Justiça, *Abel Anjos Galego*.

304204664

Anúncio n.º 1138/2011

Processo: 43/09.9TYLSB Insolvência pessoa colectiva (Requerida)

Requerente: Sabel — Distribuição Eléctrica, S. A.

Insolvente: Eduardo Salvador, L.ª

A Dr.ª Elisabete Assunção, Juiz de Direito do 3.º Juízo do Tribunal de Comércio de Lisboa, faz saber:

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal do Comércio de Lisboa, 3.º Juízo, no dia 20-12-2010, pelas 12.00 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor: Eduardo Salvador, L.ª, NIF 503385042 e com sede em Rua Miguel Pais, n.º 56, Barreiro.

São administradores do devedor: Eduardo Manuel Ramires Salvador e Olga Maria Lopes da Silva Salvador, ambos com endereço em Rua Miguel Pais, n.º 56, Barreiro, a quem é fixado domicílio na morada indicada.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio: Dr.ª Maria Isabel Mântua Monteiro de Barros do Espírito Santo, com endereço em Av. Fontes Pereira de Melo, n.º 21, 7.º, 1050-116 Lisboa.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º do CIRE).

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado,

para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham, elaborado nos termos do artigo 128.º do CIRE.

É designado o dia 23 de Fevereiro de 2011, pelas 14:00 horas (por despacho datado de 10/01/2011 e em substituição da data anteriormente designada), para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

É obrigatória a constituição de mandatário judicial.

12 de Janeiro de 2011. — A Juíza de Direito, *Elisabete Assunção*. — O Oficial de Justiça, *Abel Anjos Galego*.

304210309

Anúncio n.º 1139/2011

Processo: 650/10.7TYLSB

Insolvência pessoa colectiva (Requerida)

N/Referência: 1734156

Data: 13-01-2011

Requerente: Praxair — Portugal Gases, S. A.

Insolvente: Mecalag — Sul — Indústria Metalomecânica, L.ª

A Dr.ª Maria de Fátima Reis Silva, Juiz de Direito do 3.º Juízo do Tribunal de Comércio de Lisboa, faz saber:

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados, nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal do Comércio de Lisboa, 3.º Juízo, no dia 10-11-2010, pelas 12.00 horas, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor: Mecalag — Sul — Indústria Metalomecânica, L.ª, NIF 504504769 e com sede em Vila Amélia, Lote 106, Fracções C/D, Quinta do Anjo, Palmela.

São administradores do devedor: António José de Sousa Castro Gandra, com endereço em Estrada Nacional 318, n.º 599, Folgosa, Maia e José Leandro Mendes Lima, com endereço em Rua António Sá Leite, n.º 409, Avioso, Maia, a quem é fixado domicílio nas moradas indicadas.

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio (em substituição do anteriormente nomeado): Dr.ª Maria Isabel Mântua Monteiro de Barros do Espírito Santo, com endereço em Av.ª Fontes Pereira de Melo, n.º 21, 7.º, 1050-116 Lisboa.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º do CIRE).

Para citação dos credores e demais interessados, correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 do artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham, elaborado nos termos do artigo 128.º do CIRE.

É designado o dia 21 de Março de 2011, pelas 15:30 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do último anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

É obrigatória a constituição de mandatário judicial.

13-01-2011. — A Juíza de Direito, *Maria de Fátima dos Reis Silva*. — O Oficial de Justiça, *Abel Anjos Galego*.

304217446

4.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE LISBOA

Anúncio n.º 1140/2011

Insolvência de pessoa colectiva (requerida)

Processo n.º 399/10.0TYLSB

Requerente: NEOPANPOR — Produtos Alimentares, S. A.

Insolvente: Bread Basket, II L.ª

Encerramento de Processo nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: Bread Basket II L.ª, NIF — 507829190, Endereço: Rua do Alentejo, N.º 3, Cruz de Pau, 2845-092 Amora

Administradora da Insolvência: Maria Emília Cravidão Fonseca, Endereço: Rua Viana da Mota, 8 — 2.º Esq., Cruz de Pau, 2845-136 Amora.

Ficam notificados todos os interessados de que o processo supra-identificado foi declarado encerrado em 23/11/2010 e que a decisão de encerramento do processo foi determinada por insuficiência da massa insolvente para a satisfação das custas do processo e das restantes dívidas da massa nos termos dos artigos 230.º n.º 1 alínea d) e art.º 232, n.º 2, do CIRE.

1 — Cessam todos os efeitos decorrentes da declaração de insolvência, designadamente recuperando a devedora o direito de disposição dos seus bens e a livre gestão do negócio, sem prejuízo dos efeitos da qualificação de insolvência (artigo 233.º n.º 1, alínea a) do CIRE

2 — Depois de verificada a insuficiência da massa insolvente é lícito ao administrador da Insolvência interromper de imediato a respectiva liquidação — art.º 232 n.º 4 do CIRE

3 — Cessam as atribuições do Sr. Administrador da Insolvência, excepto as relativas à apresentação de contas e os trâmites do incidente de qualificação da insolvência — art.º 233 n.º 1 alínea b) do CIRE.

4 — O incidente de qualificação da insolvência passa a prosseguir os seus termos como incidente limitado — art.º 232 n.º 5 do CIRE.

5 — Todos os credores da insolvência podem exercer os seus direitos contra o devedor, no caso, sem qualquer restrição — artigo 233.º n.º 1 alínea c) do CIRE e podem reclamar da devedora os seus direitos não satisfeitos — artigo 233.º n.º 1, alínea d) do CIRE.

6 — A liquidação da sociedade prosseguirá nos termos gerais (art.º 234, n.º 4, CIRE).

5 de Janeiro de 2011. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Leonora Viegas*. — O Oficial de Justiça, *Ana Cristina Castanheira*.

304175586

Anúncio n.º 1141/2011

Insolvência de pessoa colectiva (requerida)

Processo n.º 405/08.9TYLSB

Requerente: Lease Plan Portugal — Com. e Aluguer de Aut. e Equipamentos, L.ª

Insolvente: Grall — Gladius Representações Alimentares, S. A.

Encerramento de Processo nos autos de Insolvência acima identificados em que são:

Insolvente: Grall-Gladius Representações Alimentares, S. A., NIF — 503155080, sede: Largo Prof. Henrique Vilhena, 13, 2.º A, 2795-093 Linda-A-Velha.

Administrador da Insolvência: João Carlos Loureiro Correia, Endereço: Rua Dia Mundial da Criança, Vivenda Nossa e Deles, N.º 194 (madorna), 2785-410 São Domingos de Rana.